



MP-DF investigará TV Globo por dívida que já foi paga pela emissora

A Procuradoria da República no Distrito Federal confirmou nesta terça-feira (16/7) que abriu apuração criminal preliminar para investigar suspeitas de fraude fiscal envolvendo a Rede Globo. O procedimento foi iniciado na segunda-feira (15/7), com a distribuição do caso para um procurador. A questão não é nova e a empresa já foi derrotada em recursos apresentados à Receita. Posteriormente, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal da Receita Federal e efetuou os pagamentos.

A apuração foi solicitada na última sexta-feira (12/7) por 17 entidades da sociedade organizada, entre elas, o Centro de Estudo das Mídias Alternativas Barão de Itararé, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Eles alegam que o Ministério Público deve agir porque há indícios de lesão a bens federais.

De acordo com o grupo, as apurações tornaram-se necessárias devido a divulgação recente de documentos, até então sigilosos, sobre multa de mais de R\$ 600 milhões à Rede Globo na compra dos direitos de transmissão da Copa do Mundo de 2002. O negócio foi feito por meio de uma empresa, ligada a Globo, nas Ilhas Virgens Britânicas. A Receita entendeu que essa empresa foi constituída com o único propósito de evitar a tributação brasileira decorrente da compra dos direitos de retransmissão da Copa, sem propósito comercial, portanto. O movimento é chamado de elisão fiscal.

Segundo o grupo que pede a investigação da Rede Globo, durante a negociação também houve lavagem de dinheiro, de crimes contra órgãos da administração pública federal e de estelionato.

Com a abertura de procedimento preliminar, o Ministério Público tem prazo de 90 dias, prorrogáveis pelo mesmo tempo, para apurar as informações. Se houver indícios suficientes de crime, é aberto inquérito. Caso negativo, o procedimento é arquivado. A Procuradoria do DF ainda poderá encaminhar os documentos para o Rio de Janeiro, onde fica a sede da empresa.

Na semana passada, o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro divulgou nota informando que acompanhava o caso desde 2005 e que não pediu abertura de inquérito policial por impeditivos legais relativos à restituição de valores fiscais. "Quanto aos demais tipos criminais aventados na mídia, o MPF entende que o enquadramento não seria aplicável por ausência de indícios". O órgão também confirmou que documentos do caso foram extraviados por uma servidora da Receita Federal, que já foi processada e condenada pela Justiça.

Em nota, a Rede Globo disse que já não tem qualquer dívida em aberto com a Receita e que apenas optou, na época, por "uma forma menos onerosa e mais adequada no momento para realizar o negócio, como é facultado pela legislação brasileira a qualquer contribuinte". A empresa informou que, após ser derrotada nos recursos apresentados à Receita, decidiu aderir ao Programa de Recuperação Fiscal da Receita Federal e fazer os pagamentos.



A empresa ainda destacou que desconhecia os fatos relativos a desvios de documentos no processo fiscal, pois não figurava como parte na ação. Segundo a Globo, os documentos perdidos foram restituídos com a colaboração da própria empresa, que desconhece os motivos que levaram a servidora a agir dessa forma. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

17/07/2013